

Acertar compasso entre salários e os demais preços

Confira as áreas em que a desindexação é mais complicada:

● **Salários** - A alternativa de acabar com a indexação pelo IPC-r e de antecipar para janeiro os reajustes de salários dos trabalhadores cujas datas-base se estendem até junho de 95, pode provocar dois problemas. O primeiro é o impacto no consumo e, conseqüentemente, nos preços, de um reajuste instantâneo superior a 20% para um conjunto muito grande de assalariados. O segundo são as categorias que já tiveram dissídio de julho a dezembro este ano e que tenderiam a questionar as perdas com a inflação acumulada entre a data do dissídio e o mês de janeiro. Se o governo, ao contrário, optar por manter a indexação dos salários até junho, mês do último dissídio, o problema será outro: o impacto dos reajustes mensais até junho tornará mais difícil desindexar a economia.

● **Aluguéis** - Ainda que haja desindexação de outros setores e dos salários em janeiro ou fevereiro, os aluguéis continuarão sendo corrigidos nos meses subsequentes. Se o governo quiser impedir os reajustes, terá que mexer nos contratos vigentes, o que poderia desencadear uma onda de protestos judiciais. A partir de janeiro, o valor dos aluguéis poderá ser revisto por meio de negociações entre as partes ou pela via judicial. Também os aluguéis que estavam em cruzeiros reais e foram convertidos em reais poderão ser corrigidos quando completarem 12 meses a contar do último

reajuste. No caso dos aluguéis contratados ou repactuados em URV, o prazo de 12 meses começa a contar a partir da data da contratação ou da conversão. A tendência é uma recuperação dos preços relativos dos aluguéis, que tiveram perdas com a inflação alta.

● **Escolas** - Muitos estabelecimentos de ensino estão apresentando aos pais, no momento de realização da matrícula para o ano letivo de 1995, contratos que prevêem reajustes mensais pelo IPC-r ou IGP-M a partir de março. Se o governo desindexar os salários em janeiro, mas não extinguir o IPC-r e a inflação persistir, as mensalidades terão forte impacto na renda familiar. Se o IPC-r for extinto, o risco permanece nos contratos corrigidos pelo IGP-

M. Mesmo que o governo defina regras para os reajustes escolares, os pais que já assinaram os contratos terão dificuldades para questionar o pagamento na justiça.

● **Casa própria** - Para desindexar os contratos, o governo teria que puxar os reajustes para

janeiro próximo, caso seja este o mês escolhido para fazer a desindexação. Mas, como nesse setor, os contratos são de longo prazo (de três a 15 anos), as construtoras teriam que manter as cláusulas prevendo correção das prestações caso houvesse, no futuro, elevação de custos. As prestações da casa própria também tendem a subir um pouco acima da inflação por causa dos juros reais, que tendem a se manter elevados.

● **Serviços** - Mesmo com a economia totalmente desindexada, esses setores podem reajustar seus preços caso a inflação não seja eliminada ou ocorra um aumento da demanda. Com a estabilização, os setores de serviços tendem a recuperar a renda.

